



“QUEM ENTENDE DE FEIRA É FEIRANTE”: CONFLITOS E POSSIBILIDADES DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NA TRANSPOSIÇÃO DA FEIRA DA TORRE DE TV DE BRASÍLIA¹

Leandro Santos Bulhões de Jesus

Resumo: De acordo com informações da Secretaria de Turismo do GDF, a Torre de TV de Brasília, localizada no centro da cidade, é um dos monumentos mais procurados na Capital Federal, com média de mil visitantes por dia. Inaugurada em 1967, a partir da década de setenta passou a ser o local onde artesãos se reuniam para comercializarem roupas, bijuterias, alimentos, móveis, quadros, esculturas, entre outras artes. O espaço se transformou num dos principais referenciais de sociabilidades da capital. Ideias de reforma e/ou transposição da Feira da Torre têm sido discutidas há algum tempo, tendo em vista o histórico que Brasília possui de remanejamentos do chamado comércio informal para locais periféricos da cidade, em função do fenômeno da *monumentalização* atrelado à obsessiva higienização dos espaços, fundamentadas, muitas vezes, na ideia de tombamento da cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade. O aniversário de 50 anos de Brasília e as expectativas para a Copa do Mundo (2014), no entanto, foram cruciais para levar adiante as propostas de intervenção no espaço. Algumas visitas à Feira da Torre, a realização de entrevistas com os feirantes, a aplicação de questionários, assim como a análise de matérias de jornais que circularam em Brasília entre 2008 e 2013, indicaram que as transformações engendradas no espaço envolveram diferentes interesses dos artesãos e dos agentes públicos, colocando em destaque os conflitos inerentes aos múltiplos significados e apropriações possíveis dos espaços públicos da cidade. Em maio de 2011, a Feira foi reinaugurada num outro local próximo à Torre e o objetivo geral desta pesquisa foi compreender os diferentes mecanismos e agentes de gestão do território, sobretudo dando destaque aos limites, desafios e possibilidades dos artesãos em fazer parte do processo de intervenção da chamada transferência da Feira. A composição, configuração e distribuição do espaço urbano perpassam, portanto, por movimentos de enquadramentos e resistências entre os agentes envolvidos. O espaço em processo de domesticação torna-se palco para as contradições e para a emergência do novo, abrigando a coexistência de tempos e usos, de propriedades e apropriações, o que coloca em evidência o argumento utilizado por um dos presidentes da Associação dos Feirantes, para quem “é o feirante que entende de feira”.

Palavras-chave: Feira de Artesanato da Torre de Tv de Brasília; Transferência da Feira; artesãos e agentes públicos

¹ Este artigo é resultado do Projeto de iniciação científica “‘Quem entende de feira é feirante’: a Feira da Torre de TV de Brasília entre mudanças e permanências”, aprovado na cota PIC – UniCEUB 2013 -2014. – Centro Universitário de Brasília.



Considerações preliminares

Brasília é mundialmente conhecida como a cidade que possui a maior área tombada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A cidade é o grande marco da arquitetura e urbanismo modernos e é considerada Patrimônio Cultural da Humanidade. Inserida neste contexto temos a Feira da Torre de TV de Brasília como patrimônio cultural do Distrito Federal. E é interessante pensar na sua importância para a cidade e os cidadãos, já que constitui uma zona de comércio informal no centro urbano e considerando que Brasília possui um patrimônio cultural composto por monumentos, edifícios ou sítios de consagrado valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Esta feira já fez e faz parte da história da cidade e se transformou num dos mais expressivos lugares de sociabilidade da capital federal.

De acordo com informações da Secretaria de Turismo do GDF, a Torre de TV é o monumento mais procurado pelos turistas em Brasília – seguido pela Catedral e Praça dos Três Poderes –, com média de mil visitantes por dia. Está estrategicamente localizada no centro da cidade e tem oferecido a vista panorâmica mais procurada para aqueles/as que querem conhecê-la. Com 230 metros de altura e a 75 metros do solo, o visitante do monumento tem uma visão privilegiada dos Setores Hoteleiros Norte e Sul, Esplanada dos Ministérios, Autódromo Nelson Piquet, Lago Paranoá, Estádio nacional de Brasília da cidade de Brasília e ainda outras Regiões Administrativas².

A Torre de TV é um dos poucos edifícios de Brasília que não foi projetado por Oscar Niemeyer. Foi inaugurada em 1967 e, sobretudo a partir da década de setenta, passou a ser o local onde artesãos se reúnem para comercializar seus objetos. Roupas, bijuterias, móveis, comidas de várias regiões do país, quadros, esculturas, entre outras artes podem ser encontradas no espaço, que se transformou num dos

² Disponível em <<http://www.setur.df.gov.br/visite-brasilia/torre-de-tv.html>>, acessado em 12 de maio de 2013.



principais pontos de encontro da cidade. A feira funciona relativamente todos os dias³, das 8h às 18h e é um símbolo de apropriação popular do espaço do Plano Piloto.

Ideias de reforma e/ou transposição da Feira da Torre tem sido discutidas há algum tempo. O aniversário de 50 anos de Brasília (2010) e as expectativas para a Copa do Mundo (2014), no entanto, foram cruciais para levar adiante as propostas de intervenção no espaço. Algumas visitas à Feira da Torre, a realização de entrevistas com os feirantes, a aplicação de questionários, assim como a análise de matérias de jornais que circularam em Brasília entre 2008 e 2013, indicaram que as transformações engendradas no espaço envolveram diferentes interesses dos artesãos e dos agentes públicos, colocando em destaque os conflitos inerentes aos múltiplos significados e apropriações possíveis dos espaços públicos da cidade.

Em decorrência das mudanças radicais ocorridas na Feira de Artesanato da Torre de TV, o que envolveu práticas de reorganização do espaço de agentes do governo e dos próprios feirantes, interessou-nos compreender os diferentes mecanismos e agentes de gestão do território, sobretudo dando destaque aos limites, desafios e possibilidades dos artesãos em fazer parte do processo de intervenção da chamada transferência da Feira.

Brasília, agentes públicos, feirantes a gestão do território

Quando urbanistas, sociólogos, geógrafos e arquitetos avaliam o ambiente urbano, interessam-se pelas características especiais de demarcações e apropriações dos territórios. Nesse sentido, o espaço urbano é entendido como um local de conflitos, onde interesses de grupos distintos entram em disputa. Tais demarcações, sejam para reservas estratégicas da gestão do território ou para o povoamento, são realizadas num processo que envolve os habitantes (urbanitas), os agentes estatais (planejamento urbano) e pelos agentes econômicos (incorporadores imobiliários, empreiteiras, etc.) (PAVIANI, 2009).

O tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, de algum modo, parece oferecer um suporte ideológico que pode legitimar

³Embora os artesãos possam abrir seus boxes todos os dias, de acordo com os dados da nossa pesquisa, notamos que os fins de semana e feriados são os preferidos por eles. Muitos alegam precisar dos dias da semana para produzirem seus materiais em casa ou nos ateliês.



medidas de repressão a interesses populares, uma vez que a ideia de “preservação do patrimônio”, “limpeza da cidade” e “manutenção da ordem” forma a base de medidas de organização/ reorganização do espaço urbano. Neste sentido, a “indisciplina do homem comum”, na perspectiva de Certeau (2000), que reinventa a apropriação dos espaços públicos ou insere novos padrões de uso do solo na cidade, parece ser entendida como algo a “ferir o patrimônio” (HOLANDA, 2011).

As cidades, do ponto de vista das experiências cotidianas, são constituídas de uma ampla diversidade de usos. As múltiplas produções e apropriações de territórios urbanizados trazem à tona o caráter instável dos usos hegemônicos dos espaços, uma vez que a vida cotidiana revela processos alternativos das experiências sociais.

A história tem demonstrado que as configurações do espaço urbano na modernidade são caracterizadas pelo aumento da distância entre setores hegemônicos e os segmentos considerados marginalizados. A vida pública é formatada de acordo com os interesses dos primeiros, enquanto os demais enfrentam o drama da recusa ou do impedimento/ incapacidade de participar de consagrados eventos cívicos. Para estes, tais espaços configuram-se, portanto, como um *vir-a-ser* constante; trabalho de construção e reconfiguração das territorialidades, muitas vezes alheias ou inconvenientes ao projeto dominante (MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M., 2008). Nesta perspectiva, os espaços públicos tornam-se lugares de embates, por excelência. Diferentes interesses, necessidades e personagens entram em cena.

Neste modelo de cidade, de acordo com Lefebvre (1991), as sociabilidades e o cotidiano ficam empobrecidos diante à consagração da rotina da sociedade burocrática do consumo organizado. Entretanto, é o mesmo espaço *domesticado* que se torna palco para as contradições e para a emergência do *novo*, abrigando a coexistência de tempos e usos, de propriedades e apropriações. Sobre as relações entre modernidade e transformações no espaço, afirma Mascarenhas:

A modernidade, com sua reiterada aura otimista de fé inabalável no progresso, impulsionou nas cidades novos valores comportamentais, enquadrados numa “nova economia de gestos” (RAGO, 1987), que ajudam a compor a nova ordem urbana. Vale registrar que entendemos a atmosfera moderna como portadora não apenas de todo um conjunto de novas expectativas e práticas sociais, mas também de decisivas transformações na espacialidade urbana, destruindo velhas urbanidades e as substituindo por novos formatos (2008, 3).



A composição, configuração e distribuição do espaço urbano perpassam, portanto, por movimentos de enquadramentos e resistências. Milton Santos (2002, 83) ressalta que os processos modernizadores dos espaços são balizados pela premissa de que o valor do homem depende de sua localização. Assim, “o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana”; a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação de forças de mercado – no que diz respeito às condições financeiras dos indivíduos e das decisões do governo. A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está, onde se vive e se trabalha, conclui o autor.

Diante do exposto, concentramo-nos em refletir os limites e possibilidades de participações de distintos agentes na gestão do espaço urbano em Brasília, especialmente, no que diz respeito a uma experiência específica: as transformações ocorridas na Feira de Artesanatos da Torre de TV.

A transposição da Feira, as questões identitárias e as considerações finais.

Um dos objetivos dessa pesquisa foi identificar e relacionar questões identitárias vivenciadas pelos feirantes e de como as categorias identitárias foram articuladas em meio às experiências dos mesmos. A pesquisa teve como base teórica as abordagens identitárias identificadas na análise dos dados levantados nos questionários aplicados. Foi possível perceber que os processos de identificação dos feirantes possuem uma dinâmica baseada na formação de um grupo que num determinado período de tempo ocupou e permaneceu no espaço público central da cidade e desempenharam juntos um papel significativo para identidades individuais, assim como para as identidades coletivas. A gama de artifícios que motivou as construções identitárias do grupo correspondem a construção de personagens, no caso da feira, parece estar relacionada: à profissão de artesão; os discursos adotados na relação com o Estado; os conteúdos e produtos produzidos e vendidos no espaço da feira e a luta para se manter no espaço apropriado ao longo do tempo pelos feirantes.

Percebe-se que no âmbito da coletividade, as identidades podem se equiparar com a manutenção dos conflitos e lutas postos com a sociedade, com o Estado e com eles mesmos. No âmbito da individualidade, observaram-se ambiguidades nos



discursos postos inicialmente, como a favor ou não das ações e o posicionamento sobre a transposição, e contradições nas opiniões acerca das situações cotidianas, de mudanças extremas e de si mesmos diante do mundo, como a aceitação da condição de artesão.

É importante ressaltar que as formulações sobre os conceitos de identidades são passíveis de discussão e formulação, já que as áreas do conhecimento que discutem tais questões, como história, sociologia, antropologia e estudos culturais consideram o tema marcado pela abertura de contestações. Por isso, é importante colocar que iremos nos pautar nos estudos recentes de Stuart Hall (1997, 2005), para quem os conceitos de identidade e de representação considerados aqui nessa parte da pesquisa, seguem perspectivas dos chamados estudos sociológicos modernos que consideram, que “nem as coisas por si mesmas, nem os usuários da linguagem, podem ser o sentido da linguagem. As coisas não tem significado: nós construímos o sentido usando sistemas de representação - conceitos e sinais” (HALL, 1997, p. 25). E ainda que, as identidades assumidas pelos sujeitos são dinâmicas e construídas pelos meios sociais e políticos.

Parte-se da compreensão de que a construção do sujeito altera as relações humanas de modo a criar uma concepção interativa da identidade do eu com a sociedade. Hall sugere que “Essas interações se baseiam ainda nos espaços binários entre interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público.” (HALL, 2005, p. 14). O autor considera que as “identidades culturais que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e acima de tudo, nacionais.” (HALL, 2005, p. 8) como uma forma de perceber os códigos identitários.

Portanto, nossa intenção aqui não é de categorizar, limitar as possibilidades, fechar o grupo, e tampouco criar estigmas do grupo de feirantes. E sim, identificar pistas sobre as relações entre os feirantes e os agentes públicos, para refletir sobre as relações sociais com a esfera governamental e a sociedade. Podemos inferir, portanto, que a Feira da Torre é muito mais do que um espaço de compra e vendas de produtos, uma vez que o entendimento do local como um lugar de memória e ponto de encontro foram compreensões mais recorrentes na fala dos artesãos. *Lugar de memória* é um conceito desenvolvido por Pierre Nora que discute os lugares criados com a intenção de preservar uma memória oficial, como museus, monumentos, etc. esses lugares são resultado de uma intenção seletiva de acumular dados sobre o passado



(NORA, 1993), assim como estes lugares de memória podem estar além das tentativas de oficializações dos agentes públicos. Nesta perspectiva, cabe aqui a compreensão de Rimbaud (1973, 283 apud SANTOS, 1964), para quem “a cidade transforma tudo, inclusive a matéria inerte, em elementos de cultura”.

Entendemos cultura como um leque de possibilidades que não se limitam em si mesmas e que diante da sua própria complexidade nos permite pensar as construções sociais plurais. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

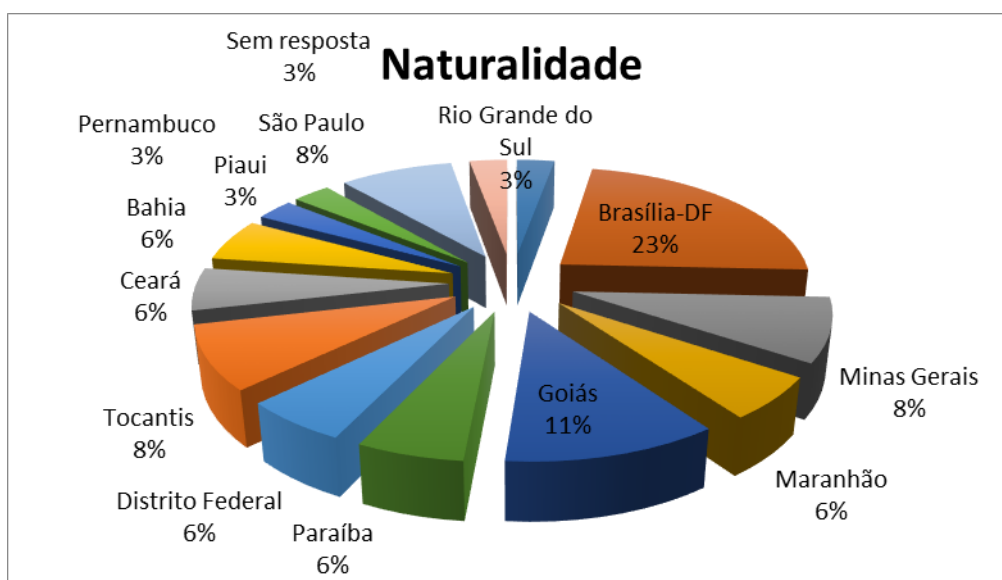
O que chamamos de cultura, conceito que por seu uso no singular já demonstra sua prisão à lógica da identidade, é na verdade um conjunto múltiplo e multidirecional de fluxos de sentido, de matérias e formas de expressão que circulam permanentemente, que nunca respeitaram fronteiras, que sempre carregam em si a potência do diferente, do criativo, do inventivo, da irrupção, do acasalamento. Na verdade nunca temos cultura: temos trajetórias culturais, fluxos culturais, relações culturais, redes culturais, conexões culturais, conflitos, lutas culturais (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 17).

Observamos que alguns processos foram fundamentais para a construção dos discursos identitários do grupo de feirantes, entre eles: a história da feira, sempre relacionada às ações de resistência e permanência no espaço, que contribuiu para construir o conceito de feirante e artesão e a transposição da feira para outro espaço e os conflitos gerados pelo processo. Podemos sugerir que tais processos não apenas criaram os parâmetros identitários, mas passaram a simbolizar agentes de modificação e ressignificação das identidades dos feirantes nos âmbitos das coletividades e das individualidades.

Por meio de conversas com artesãos quando da aplicação dos questionários, foi possível identificar que o espaço onde a feira se encontrava embaixo da torre e o novo espaço adquirido após a transposição é um dos elementos que predomina nos discursos sobre os significados da feira, assim como sobre os feirantes. Esse espaço se torna importante nesse processo pelo fato de estar localizado no espaço central da cidade que é a capital do país. A transposição da feira não apenas modificou o espaço, mas também foi fundamental para necessária ressignificação das identidades e do próprio espaço.

Espaço, portanto, não apenas significa o lugar como espaço simbólico das identidades, mas também significa o sentimento de pertencimento ao lugar. Embora a feira da Torre de TV tenha ocorrido de maneira gradual num longo processo de tempo, o que se percebe é que a dependência espacial ao monumento sempre determinou uma identificação predominante para os feirantes. A origem cultural de produtos criados e vendidos na feira, principalmente da área gastronômica, apresenta grande representatividade para os discursos construídos para a razão da feira. Essa diversidade ocorre também pela variedade de naturalidades dos feirantes, como mostra o gráfico abaixo, o que distingue a feira da Torre em vários aspectos.

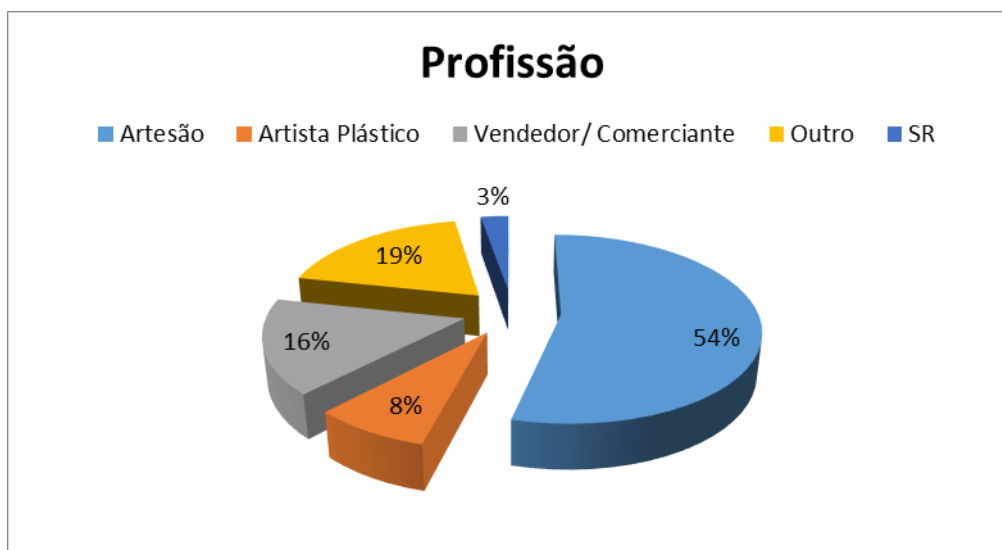
8



Os produtos relacionados a diversas culturas do país também predominam na identificação dos feirantes e da própria feira. A pesquisa ainda revelou os sentimentos relacionados à instabilidade social, política e emocional, como tensões, medo e rancor, se apresentam predominantes nos discursos relacionados ao Estado e a população da cidade.

A exigência formal do Governo do Distrito Federal que o feirante deve ser, necessariamente, artesão, é um artifício de inúmeras questões para os feirantes. Há debates que passam por questões conceituais de determinação de requisitos formais e estéticos para alcance de aceitação formal do artesanato, e de disputas simbólicas e espaciais para a ocupação do espaço da feira. Essas questões são postas na medida em que há necessidade de restringir e regular produtos que não são produzidos

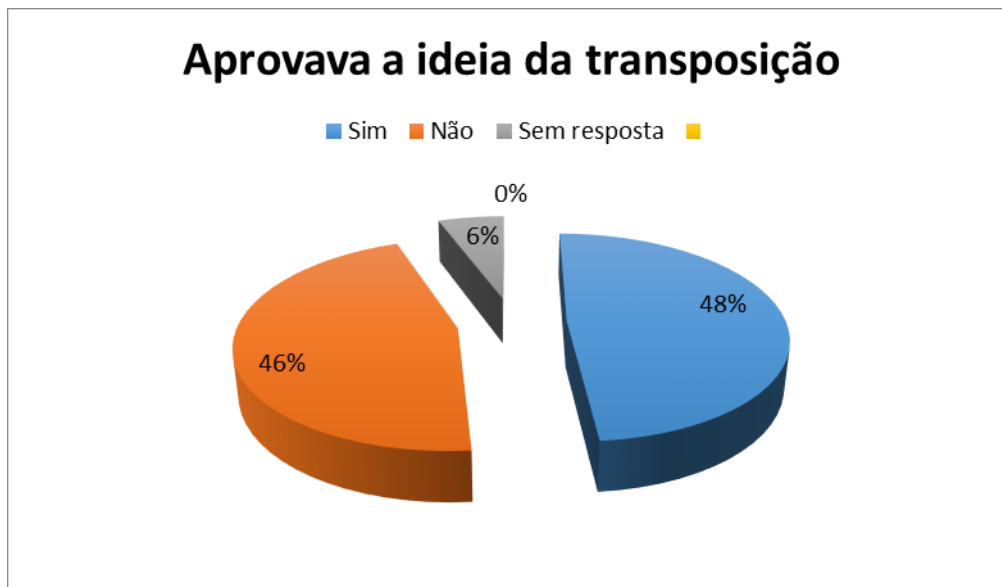
naquilo que se considera “forma artesanal tradicional”. Isso pareceu evidente no questionário 7, sobre a profissão do feirante, no qual 54% responderam ser artesãos, 19% responderam outras profissões, 16% vendedores/comerciantes, 8% artistas plásticos e 3% não responderam.



Por meio da pesquisa ainda identificamos processos de problematização no discurso predominante da Associação dos feirantes da Torre de TV, no sentido em que muitos feirantes não se sentem representados pelos movimentos e discursos construídos por essa organização (ou estas organizações, já que existem mais de uma). Porém, o sentimento de negação do discurso é posto apenas de maneira verbal e quase nunca de maneira prática em ações. Da mesma forma, os conflitos gerados pela transposição da feira também parecem ter moldados não apenas as ações de luta dos feirantes, mas também contribuído para o silenciamento e não-participação de parte dos feirantes. Essa relação entre o “eu” e o “outro” torna-se indispensável para o entendimento dos conflitos da sociedade contemporânea e a integridade de cada sujeito nos seus espaços de pertença. Portanto, as identidades parecem se construir menos da naturalização de construções sociais, do que nos conflitos gerados das contradições.

Foi possível constatar a construção do discurso sobre a transposição da feira sobre a opinião dos feirantes antes e depois do processo. De acordo com os resultados dos questionários, no formulário 22, por exemplo, sobre “Você aprovava a ideia de mudança da feira?”, o resultado encontrado nos mostrou que 46% dos feirantes

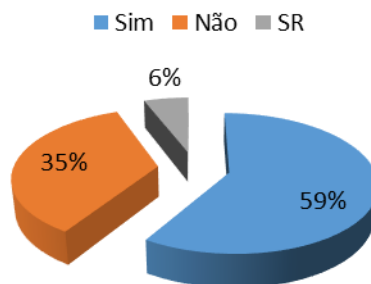
consultados não aprovava a ideia da transposição em comparação a 48% aprovava a mudança da feira, como já vimos anteriormente.



10

Para o formulário 30, “O que você achou da mudança de espaço da feira”, encontramos uma satisfação nas respostas de 58% e de 23% de não aprovação. Observa-se que inicialmente havia um discurso majoritário de não aprovação da mudança. Nesse quesito é importante trazer para a discussão do questionário 23, “Você foi convidado para participar das reuniões sobre a mudança da feira com os agentes do Governo?”, com 59% com resposta que foram convidados contra 35% que não foram convidados, e 6% sem resposta.

Você foi convidado para participar das reuniões sobre a mudança da feira com os agentes do Governo?

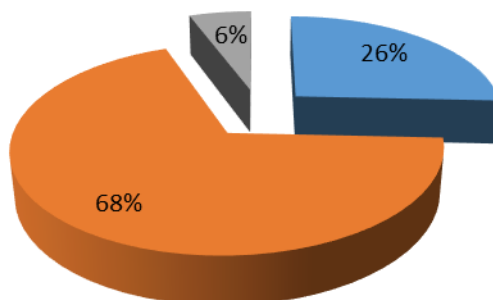


11

No questionário 24, “Você fez parte da construção do projeto na mudança da feira?”, foi encontrado 68% de não participação do projeto e 26% de participação. Embora, os feirantes não tenham participado do processo de transposição, parece haver uma construção discursiva de não-aprovação do processo como forma de se opor ao governo e como forma de deslegitimar o processo de mudança de espaço da feira. Tais questões fizeram-nos refletir sobre as construções de discursos que predominam no posicionamento dos feirantes diante das decisões que foram tomadas no processo. Diante do exposto, é importante ressaltar que tais discursos de oposição ao processo e diante do governo parecem não estar pautados apenas nas decisões decorridas do processo de transposição da feira, mas também pelas relações históricas construídas ao longo de anos com os agentes do governo.

Você fez parte da construção do projeto de mudança da feira?

■ Sim ■ Não ■ SR



12

Por fim, encontramos um leque de processos e movimentos paralelos que ocorreram no processo de transposição da feira, principalmente as relações dos feirantes com os agentes do governo que foram pautados por lutas de permanência no espaço, estruturação como grupo coletivo e lutas individuais para se manter no grupo e na feira. E ainda, ações de desencorajamento, deslegitimação e conflitos com a lei por parte do governo. Essas relações contribuem para as construções dos discursos sobre si mesmos, sobre a profissão de feirante e sobre o posicionamento pessoal e como grupo dos feirantes. Embora os processos e até mesmo os discursos assumidos possam criar uma ideia de categorias estruturalizantes de identidades, o que se sobrepõe nessas análises é que os movimentos dinâmicos culturais dos feirantes se mostram tão fluidos, quanto agregados a conceitos que fortificam as condições de poder por eles impostas ao Estado. Segundo Albuquerque Jr.

Não precisamos de identidade para existir, nada na natureza ou na cultura existe na identidade, mas sim na diferença, na diversidade, na mudança, na mutação, na coalecência, na coexistência, na convivência, na mistura, na informação. Precisamos sim de nos tornar singular, de afirmar a diferença, de tomá-la como ponto de partida para estabelecer relações de criatividade, de invenção, de afirmação do diverso. Identidades normalmente servem ao estabelecimento de hierarquias e sustentam dominações; a singularidade normalmente se faz no questionamento de hierarquias, dominações, hegemonias e poderes. A



identidade quase sempre é pacificadora, conservadora, quando não reativa e reacionária, já que é a afirmação da continuidade e da semelhança, enquanto a singularidade só existe ao afirmar a ruptura, a mudança, o deslocamento, o deslizamento de práticas e sentidos (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 21).

Portanto, essa pesquisa nos mostrou que as relações sociais existentes, as construções de identidades, as relações com o Estado e a sociedade, bem como as relações pessoais com o trabalho e a feira, se distinguem nas relações de poder construídas e no empoderamento necessário para se manter na linha de frente de um grupo que precisa se resguardar e se fortificar diariamente para se manter a frente das decisões e processos. É nessa perspectiva que os feirantes se organizam como grupo, constroem seus discursos e identificam-se entre si a partir dos conflitos e das vitórias ocorridas ao longo de processos de coerção e privação do governo, da cidade e dos habitantes da cidade.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. In: MARCHIORI, Gisele. Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Orgs.). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p.22-74.

CARLOS; LEMOS. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

CARVALHO, Victor Pinto. O regime Urbanístico de Brasília. Caderno ASLEGIS 42. Janeiro/Abril de 2011.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano – vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2000.

DURKHEIM, Émile. A divisão do trabalho na sociedade. 1893.

FERREIRA, J. Diagnóstico Setor de Artesanato do Distrito Federal. Brasília: Sebrae, 2005.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: Fischer, Tânia (Org.). Gestão estratégica: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro, R.J.: FGV, 1996.



HOLANDA, Frederico de. É a luta de classes, estúpido! Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

HALL, Stuart. Representation: Cultural representations and signifying practices. Londres: Sage, 1997.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOLANDA, Frederico. O espaço de exceção. Brasília: Ed UnB, 2002.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo, Editora Moraes, 1991.

LE MOS, G. O CCBB como espaço turístico de Brasília”, monografia defendida e junho de 2005
do Curso de Especialização em Turismo: cultura e Lazer do Centro de Excelência em Turismo
da Universidade de Brasília.

MASCARENHAS, G. Espaços públicos e modernidade: o advento das Feiras Livres na cidade
do Rio de Janeiro. Sessão temática 1 - Transformações e permanências da cidade e do território: espaços naturais versus construídos, redes, processos físico-espaciais e seus contextos econômicos, sociais e políticos. Anais da ANPUR, 2012.

NIGRO, C. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS; LEMOS. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003, P. 166-177.

NORA, Pierre. Entre história e memória. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.

PAVIANI, A. (1991). “A construção injusta do espaço urbano”. In: PAVIANI, A. A conquista da cidade – Movimentos populares em Brasília. Brasília, Editora UnB.

QUADROS, Fátima Range. Planejamento Urbano do Distrito Federal. 2001.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS; LEMOS. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003, p. 99-104.

SALGUEIRO, H. A. A cidade, artefato cultural do espaço e do tempo. O caso de Belo Horizonte. In: CARLOS; LEMOS. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003, P. 105-109.

SANTOS, M. O espaço do Cidadão. São Paulo, Studio Nobel, 2002.



_____. Panorama econômico-social da Bahia. Revista Brasileira dos Municípios, no 67/68, julho/dezembro, 1964, p 117-124.

SILVA, J. B. da. Estatuto da Cidade versus Estatuto de Cidade. In: CARLOS; LEMOS. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29-34.

SILVEIRA, D. Gestão Territorial do Distrito Federal: trajetórias e tendências. In: PAVIANI, A. Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania.

SODRÉ, Muniz. O Terreiro e a Cidade. Petrópolis: Vozes, 1988.

TENORIO, Gabriela de Souza. Ao desocupado em cima da ponte. Tese defendida na PPG de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2012.